



buro nº 10
fls. 117 e 117v.

Autoriza o Poder Executivo a adquirir uma área de terras do Sr. ANTONIO AUGUSTO DE ARAUJO VIANA, para doação à Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Mato Grosso, Casemat;

O PARECER MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal secreta e eu Sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º) - Rica o Poder Executivo autorizado a adquirir do senhor ANTONIO AUGUSTO DE ARAUJO VIANA, uma área de terras de 6 ha 9.298,2400 m², compreendida nos seguintes limites:

NORTE E OESTE: Com a Rodovia Estadual que desanda de Aquidauana ao Centro de Educação Rural de Aquidauana;

SUL: com a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil;
LESTE: com terras de Antonio Augusto de Araújo / Viana.

Artigo 2º) - O valor da presente aquisição é de Cr\$ 14.000,00 (quatorze mil cruzeiros) o hectare, que será efetuada com verba consignada no orçamento do corrente exercício, suplementada se necessária.

Artigo 3º) - Rica o Poder Executivo autorizado a fazer a doação da área referida no Artigo 1º desta Lei à Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Mato Grosso (Casemat) para construção de uma unidade armazensora composta de: prédio para armazéns com capacidade de até 200.000 volumes, balança rodoviária, secadores e pátio de estacionamento com desvio ferroviário.

- Continua...

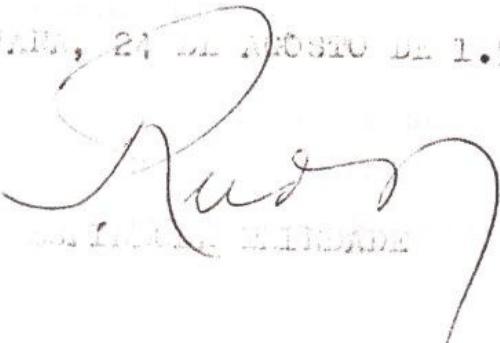
I Pantaneiro nº 644 de 02/09/2011

- Continuação...

Artigo 4º - O prazo para início e conclusão das obras é de 18 (dezoito) meses, fendo o qual, não concluída, reverterá o terreno ao pleno domínio do Município, sem qualquer resarcimento ao donatário.

Artigo 5º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Lei nº 705/76 de 29 de Junho de 1.976 e as disposições em contrário.

Assinado em São Paulo, 21 de Agosto de 1.976.


Alvaro da Costa Mendes

Artigo 6º - Fica estabelecido que a execução das obras mencionadas no artigo anterior, ficará a cargo da Administração Municipal, que poderá nomear quem quiser para esse fim, podendo ser feita a nomeação de um conselheiro fiscal, que poderá ser nomeado por quem quiser.

Artigo 7º - As despesas com a execução das obras mencionadas no artigo anterior serão pagas pelo Município, que poderá nomear quem quiser para esse fim, podendo ser feita a nomeação de um conselheiro fiscal, que poderá ser nomeado por quem quiser.